

Estudantes LGBTQIA+ na escola: o arco-íris nem sempre colorido

LGBTQIA + students at school: the rainbow is not always colorful

Wesley Frank da Silva Oliveira

Mestrando em Educação e Docência pela Faculdade de Educação da UFMG
E-mail: wesleyfrankoliveira@hotmail.com

Thales do Amaral Santos

Mestrando em Educação e Docência pela Faculdade de Educação da UFMG

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Doutor em Educação - UFMG

Resumo: A sexualidade humana, sobretudo em virtude de influências culturais e religiosas, tem sido fruto de profundas polêmicas e divergências no âmbito da sociedade contra aqueles que apresentam gênero e/ou orientação sexual divergentes do padrão de heteronormatividade. Condutas e comportamentos discriminatórios e preconceituosos têm se inserido em diversos espaços, com destaque no ambiente escolar. Embora seja atribuição da escola o papel de formar cidadãos para a diversidade e as diferenças, o que se verifica é que esses espaços necessitam revisar seus princípios e práticas em relação à sexualidade, contribuindo para a desconstrução de velhos e ultrapassados paradigmas. Diante desse cenário, o presente artigo teve como objetivo discutir gênero, sexualidade humana e LGBTQIAfobia no ambiente escolar, identificando as principais formas de discriminação sofridas pelos alunos LGBTQIA+, com ênfase nas diferenças e no direito à cidadania. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, mostramos que a reprodução de ideias distorcidas acerca da orientação sexual, de modo especial no ambiente escolar, tem contribuído para o desenvolvimento e consolidação de um comportamento agressivo e violento contra os indivíduos LGBTQIA+.

Palavras-chave: Orientação sexual. Gênero. LGBTQIAfobia. Escola. Cidadania.

Abstract: Human sexuality, mainly due to cultural and religious influences, has been the result of profound polemics and divergences in the context of society against those who have gender and / or sexual orientation that diverge from the pattern of heteronormativity. Discriminatory and prejudiced behaviors and biased have been inserted in several spaces, especially in the school environment. Although the role of the school is to educate citizens for diversity and differences, what is verified is that these spaces need to review their principles and practices in relation to sexuality, contributing to the deconstruction of old and outdated paradigms. Given this scenario, this article aimed to discuss gender, human sexuality, and LGBTQIAophobia in the school environment, identifying the primary forms of discrimination suffered by LGBT+ students, with an emphasis on differences and the right to citizenship. Through a systematic review of the literature, we show that the reproduction of distorted ideas about sexual orientation, especially in the school environment, has contributed to the development and consolidation of aggressive and violent behavior against LGBTQIA + individuals.

Keywords: Sexual Orientation. Genre. LGBTophobia. School. Citizenship.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente, a sexualidade humana experimentava diferentes possibilidades que não apenas as heterossexuais nas sociedades gregas e romanas; contudo, a partir da intervenção do cristianismo, iniciou-se um processo de proibições morais em torno da sexualidade (FOUCAULT, 1977). Ainda hoje, percebe-se, nas sociedades ocidentais, a permanência dos mecanismos de poder que buscam “controlar, vigiar, punir e governar os corpos e os desejos mais recônditos em uma tentativa vã de uniformização dos corpos e das identidades de gênero e sexuais”. (ARAÚJO; CAMARGO, 2012, p. 117).

Um desses mecanismos de poder, a escola, por estar imersa nessa sociedade, acaba por reproduzir uma postura heteronormativa calcada em preconceitos relacionados ao gênero e à orientação sexual, ainda que documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) e recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) proponham uma educação reflexiva e crítica que respeite a diversidade.

Cabe, assim, ao educador da contemporaneidade uma postura crítico-questionadora que busque romper com os discursos tradicionais, questionando as formas de ensino no sentido de torná-las plurais, tendo em vista o espaço político e social que a escola ocupa, o qual se deve pautar na defesa da igualdade de direitos dos cidadãos. No entanto, há que se questionar se, na prática educacional, isso de fato ocorre. Tem havido no ambiente da escola discussões sobre as diversidades – étnicas, raciais, de gênero ou das sexualidades? Como a comunidade LGBTQ+ é acolhida pelo sistema educacional?

De acordo com Araújo e Camargo (2012), a escola tende a silenciar e a negar a identidade e a subjetividade de alguns grupos sociais minoritários e/ou marginalizados, de modo a manter a hegemonia dos grupos privilegiados. Dessa forma, segundo os autores, no processo educacional, esse silêncio parece significar e pode ser considerado como uma forma de exclusão do outro, justamente porque lhe é negado o direito à voz.

Para que haja a desconstrução de antigos paradigmas e a construção de novas percepções e novos modos de ensino que incluam as diversidades, é importante conceber a escola como um ambiente não somente de ensino, mas também político, que inclua, de fato, a discussão sobre gênero, sexualidade e identidade como fundamental para a formação dos alunos, tendo em vista que o gênero é uma questão central na vida dos sujeitos e está em constante (re)construção nas relações sociais e interpessoais, e que estes são campos políticos, nos quais estão implicadas as relações de poder (LOURO, 2016).

Nessa direção, como estratégia para promover uma mudança na cultura heteronormativa LGBTQIAfóbica, é preciso discutir a LGBTQIAfobia no ambiente escolar, identificando as principais formas de discriminação sofridas pelos alunos LGBTQIA+, com ênfase nas diferenças e no direito à cidadania, promovendo debates, rodas de conversas e vivências que proporcionem aos sujeitos novas formas de lidar com as relações de gênero e sexualidade.

Isso posto, este artigo tem como objetivo principal promover uma reflexão sobre gênero, identidade de gênero, sexualidade e educação, por meio de um levantamento bibliográfico, a partir da consulta de materiais científicos e literatura relacionada ao tema. Para Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita reunir e sintetizar resultados de pesquisas, contribuindo para o aprofundamento e análise crítica do conhecimento a respeito do tema pesquisado.

Compreendendo conceitos

Para Louro (2016), gênero, assim como sexualidade, consiste numa categoria de análise social que deve ser concebida como produção da cultura. É importante compreender o corpo não apenas como uma estrutura biológica, mas também como um elemento que possui uma função social e que apresenta uma dimensão de subjetividade, responsável pela produção de sentidos, afetos, desejos e emoções, ou seja, construção um mundo simbólico (ABREU, 2015).

Diversos autores têm apresentado distintos conceitos para o termo gênero; contudo, baseando-se no entendimento de Scott (1990, *apud* FACHINETTO, 2011, p. 11), gênero pode ser definido como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

A partir do conceito de gênero, advém a ideia de orientação sexual e identidade de gênero. Conforme consagrado pelos Princípios de Yogyakarta (CORRÊA; COLETT, 2007), a orientação sexual consiste na capacidade de cada indivíduo em apresentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de um gênero diferente, do mesmo gênero, ou mesmo por mais de um gênero, tendo com esses indivíduos relações íntimas e sexuais.

Já a identidade de gênero,

[...] pode ser traduzida pela convicção de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e fêmeas. As identidades definem-se em termos relacionais e, enquanto categorias, podem organizar e descrever a experiência da sexualidade das pessoas. Na sociedade contemporânea, as identidades tornam-se instrumentais para reivindicação por legitimidade e respeito. As identidades são históricas e culturalmente específicas, são respostas políticas a determinadas conjunturas e compõem uma “estratégia das diferenças”. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, *apud* SILVA, 2015, p. 3).

Nessa mesma perspectiva, Jesus *et al.* (2008) consideram que a identidade de gênero representa a forma como alguém se apresenta para si e para os outros na condição de homem ou mulher, ou ainda a partir de uma mescla de ambos. Nesse caso, não existe uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico do indivíduo.

Todos os aspectos apresentados convergem para uma ideia de multiplicidade nas relações de gênero. Ela se estabelece a partir de um entendimento de diversidade sexual, a qual é definida por Weeks (2003) como sendo algo que tem o objetivo de superar as hierarquizações das sexualidades, a partir da construção de um conceito em que todas elas podem encontrar-se representadas de forma igualitária. Assim, a ideia de diversidade sexual representa a forma de se expressar as múltiplas formas de vivenciar as sexualidades sem o estabelecimento de padrões fixos e determinados.

Diversidade sexual na perspectiva das diferenças

Conforme tratado anteriormente, as questões relacionadas à sexualidade humana são complexas, de modo que o estabelecimento de padrões rígidos para tratar do tema pode não ser suficiente para responder à multiplicidade de situações presentes na sociedade. Logo, tendo em vista a questão da diversidade sexual, assim como os diversos outros aspectos que compõem o ser humano, torna imperioso que nos relacionemos com as diferenças existentes em cada indivíduo.

A esse respeito, afirmam Bueno, Estacheski e Crema (2016) que não se pode pensar na vida em sociedade sem diferenças. A diferença estrutura a forma como pensamos e nos relacionamos com o mundo. Silva (2013) afirma que a questão da diferença e do estabelecimento de padrões ocorre desde o nascimento, com a criação de uma ideologia que opera sobre os papéis sociais e a reprodução de um modo de vida desde a infância.

Segundo Jesus *et al.* (2008), toda essa diversidade que compõe o gênero e a identidade sexual faz com que existam infinitas variações para o estilo de comportamento, bem como para a atração afetiva e sexual que um indivíduo pode apresentar por outro. De acordo com Louro (2016, p. 83), “a interação através das fronteiras de gênero, ou seja, o contato com o outro, tanto pode abalar e reduzir o sentido da diferença como pode, ao contrário, fortalecer as distinções e os limites”.

Entretanto, apesar de estar intrinsecamente ligada à própria formação da sociedade, a diferença é, muitas vezes, fruto de preconceito ou opressão (BUENO; ESTACHESKI; CREMA, 2016). Nessa direção, Ramos (2011) defende a ideia de que a partir das relações assimétricas de poder são produzidos os estereótipos que asseguram a dominação do outro pela sua enunciação como inferior e bárbaro. Logo, nesse contexto essas diferenças se tornam elementos que propiciam relações de opressão e subalternização em relação à sexualidade do sujeito.

Gênero e diversidade: a questão da LGBTQIAfobia

Entre os diversos problemas que assolam a sociedade atual, a discriminação, o preconceito e a violência se configuram como fenômenos que exigem uma especial reflexão, uma vez que se encontram inseridos nos mais distintos contextos, sendo reproduzidos das mais variadas formas. Nessa direção, o processo discriminatório ocorre em função das questões de gênero e diversidade sexual em todos os contextos da sociedade.

O termo LGBTQIAfobia busca uma ampliação ao conceito da homofobia, buscando incluir indivíduos que sofrem o processo de hostilidade geral, psicológica e social em função das questões de identidade sexual (FEITOSA, 2017). Segundo o autor, trata-se, portanto, de uma forma de ódio aplicada às pessoas que não apresentam um padrão de heteronormatividade, de modo que consideram a heterossexualidade como única orientação sexual a ser aceita.

Logo, essa gama de comportamentos aversivos e desrespeitosos envolvendo esse grupo, conhecido nos dias atuais como a LGBTQIAfobia, refere-se a todo um conjunto de violências, preconceitos, discriminação, intolerância e ódio que é processado contra os indivíduos, sendo expressos através de distintas formas de expressão.

Lima (2016) alerta para o fato de que a LGBTQIAfobia tem se consolidado como um triste fenômeno cultural, ocupando espaços paritários com outros fenômenos como o machismo e o racismo, visto que essa conduta “busca domesticar as sexualidades humanas e deseja estabelecer regras para sua experimentação, legítima; de um lado, práticas heterossexuais e, de outro, a violência seja ela simbólica ou direta às diferentes vivências da dimensão sexual do ser humano”. (LIMA, 2016, p. 12).

Ainda em relação ao tema, para Torres (2010), a LGBTQIAfobia se fundamenta a partir da ideia de uma heteronormalidade que exclui todas as outras formas de sexualidade, levando à repressão dos indivíduos LGBTQIA+, tachando-os como tendo uma sexualidade doentia, condenável e imoral. Com isso, passam a propagar um princípio condenatório que dissemina a exclusão social e todas as demais formas de preconceito.

Os eventos em que se expressam as situações LGBTQIAfóbicas incluem desde atos de injúria, podendo atingir limites extremos como em casos de violência física e homicídios. Essas ações se fundamentam em julgamentos errôneos por meio dos quais se busca impedir a livre vivência da sexualidade do outro, buscando exercer, de forma totalitária e violenta, os padrões heterossexuais tanto nos relacionamentos quanto nos comportamentos.

Infelizmente, a LGBTQIAfobia encontra-se disseminada nos mais diversos contextos da sociedade, expondo esses indivíduos às mais variadas formas de violência física e psicológica. Somente no ano de 2019, por exemplo, registraram-se 297 homicídios e 32 suicídios de LGBTQIA+ brasileiros⁵².

Por tratar-se de um elemento constitutivo desta sociedade e por ser influenciada pelos valores sociais e culturais, a escola também tem se configurado como um agente disseminador da LGBTQIAfobia.

A LGBTQIAfobia na escola

De acordo com Calixto e França (2016), os valores que se encontram incorporados ao espaço escolar muitas vezes reproduz a heteronormatividade, o que gera um discurso segregador institucionalizado, ainda que de forma implícito, fortalecendo a ocorrência da LGBTQfobia dentro desse espaço. A isso, soma-se o silenciamento do tema nas práticas pedagógicas e a ausência de políticas públicas para combater ou pelo menos minimizar essa prática no ambiente escolar, consolidando o processo de institucionalização da LGBTQIAfobia nesse espaço.

Diante desse cenário, fica claro que o comportamento LGBTQIAfóbico encontra-se presente nas relações sociais estabelecidas no ambiente escolar, no que se refere aos alunos e aos profissionais e demais sujeitos inseridos na comunidade escolar. (JUNQUEIRA, 2009). O autor destaca que muitos jovens da comunidade LGBTQIA+ têm enfrentado, de forma sistemática, diversas formas de discriminação, tanto pelos colegas, quanto por parte de professores, dirigentes e demais funcionários da escola, atingindo de forma significativa o bem-estar subjetivo, afetando o processo educativo dos estudantes. (JUNQUEIRA, 2009). Para Louro (2016), muitas vezes esses comportamentos ocorrem de forma muito sutil nas

⁵² De acordo com informações disponibilizadas pelo Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br>.

escolas, sendo quase imperceptíveis. Desse modo, esse tipo de prática acaba por ocorrer de forma rotineira.

Embora exista uma recomendação governamental para que se discutam temas relativos ao gênero e à sexualidade nas escolas, conforme estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), nota-se que o tema ainda é evitado nas escolas. Percebemos que abordagens relacionadas à educação de gênero e sexualidade ainda possuem um espaço muito reduzido na educação brasileira. Com isso, tanto nas instituições de formação de professores, quanto na escola básica, a omissão em relação ao tema ajuda a reproduzir a LGBTQIAfobia em todo o país (MELO NETO, 2010).

A falta de informações no processo de formação docente em relação às dimensões biológica, sociocultural e psicológica da sexualidade leva a uma incompreensão por parte dos professores em relação ao tema. Com isso, os educadores tendem a manifestar aos alunos seus valores, atitudes e crenças pessoais, muitas vezes carregados de preconceito em relação à sexualidade e ao gênero. Para Tessarioli (2013), isso faz somente retroalimentar a ignorância e estimular a violência homofóbica nas escolas.

O papel da escola, nesse cenário, deve ser exatamente o contrário, ou seja, ela deve contribuir para a continuidade da educação sexual, que deve ser iniciada pela família, conduzindo os alunos a um entendimento livre de preconceitos e de ideias equivocadas em relação à sexualidade, ajudando-os a compreender sua própria identidade sexual. (TESSARIOLI, 2013).

Dadas as graves consequências da LGBTQIAfobia para a sociedade atual e, de forma específica para as instituições escolares, muitos estudos e pesquisas têm sido desenvolvidos sobre o tema, os quais têm demonstrado os graves efeitos e consequências desses eventos na escola. As diversas formas de perseguição, preconceito e discriminação em sala de aula têm sido responsáveis pela perda de rendimento, evasão escolar, adoecimento e, em alguns casos, suicídio por parte dos alunos que sofrem dessa violência (TESSARIOLI, 2013).

Em muitos casos, percebemos que esses jovens têm enfrentado grandes obstáculos para efetivar sua matrícula em escolas da rede pública e, quando matriculados, sofrem dificuldade para participar de atividades pedagógicas e terem suas identidades respeitadas, ainda que minimamente.

Assim, entendemos que tornar a escola um espaço de convivência harmoniosa entre as diferenças, sejam elas de cor, raça, orientação sexual, entre os outros diversos elementos que nos fazem únicos e diferentes uns dos outros, é fundamental para que nos tornemos, desde cedo, capacitados a aceitar o outro em suas diferenças.

Combater nas escolas o preconceito oriundo da heteronormatividade compulsória que se processa pela orientação sexual é fundamental para que a escola cumpra seu papel de formação cidadã.

LGBTQIA+ e a luta pela cidadania

As diversas formas de preconceito que atingem atualmente o grupo LGBTQIA+ e que fazem prevalecer, nos mais diversos ambientes, a intolerância remetem a uma urgente necessidade de resgatar e/ou de oferecer aos cidadãos seus direitos assegurados. Combater a LGBTQIAfobia nas escolas e na sociedade como um todo representa um passo para que esses indivíduos gozem de seu direito à cidadania.

Ao tratar do tema, é necessário ressaltar as ideias de Louro (2016), ao afirmar que a sociedade ainda se depara com graves violações aos direitos humanos no Brasil e em vários países do mundo, violações que se configuram de múltiplas formas e atingem diversos grupos, de forma especial àqueles que assumem uma orientação sexual diferente daquela que se encontra hegemonicamente estabelecida e padronizada na sociedade. Isso, segundo a autora, se reproduz através de atos de hostilidade, discriminação e violência, envolvendo a população LGBTQIA+, que sofre diariamente com esse tipo de evento.

Logo, a luta pela cidadania LGBTQIA+ insere-se como um ponto focal para que sejam resguardadas as garantias e direitos desse grupo. A esse respeito, Junqueira (2009) afirma que é dever da sociedade a promoção da igualdade, resguardando o direito à diversidade, a qual somente pode ser estabelecida quando se oferece condições de garantia dos direitos humanos para todos, de forma indiscriminada.

Dentre as garantias e direitos a serem resguardados a todos os indivíduos, o direito à diferença permite que “diferentes condições, características culturais e individuais, tais como orientação sexual ou identidade de gênero, sejam respeitadas igualmente perante a lei” (SÃO PAULO, 2017, p. 29).

Desse modo, o grupo LGBTQIA+, ao encontrar-se inserido nas mais diferentes classes sociais e nos diversos espaços dentro da sociedade, necessita ter garantida uma vida com segurança e com preservação de seus direitos.

Embora muitas conquistas tenham sido alcançadas pela comunidade LGBTQIA+ nos últimos tempos, ainda percebem-se atualmente discursos – como o discurso do atual presidente do Brasil – que afrontam o reconhecimento de tais conquistas, originadas da participação do movimento LGBTQIA+ na construção das políticas públicas do país, fato que pode ser observado pelos planos, políticas nacionais e outras ações afirmativas que foram direcionadas a essa comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário da LGBTQIAfobia na sociedade torna urgente a adoção de medidas preventivas garantindo que a diversidade sexual seja compreendida não sobre a abordagem das diferenças, mas no contexto da inclusão e dos direitos humanos. Para que se obtenha êxito nesse processo, acreditamos na importância do desenvolvimento desse trabalho no contexto escolar.

Sabemos que a escola reproduz o pensamento dominante na sociedade, de modo que igualmente tem consolidado o comportamento LGBTQIAfóbico entre alunos e profissionais. Por ser um espaço comum, que agrega as inúmeras diferenças existentes, a escola deve estar aberta ao diálogo, promovendo o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social na qual está inserida, buscando desconstruir valores preconceituosos e discriminatórios que se perpetuam na sociedade em relação ao gênero e à orientação sexual. Por representar uma comunidade democrática, a escola deve acolher todos em suas características e diferenças.

Defendemos o combate à LGBTQIAfobia, seja por meio da capacitação dos profissionais da educação, seja por meio da adoção de práticas pedagógicas que favoreçam uma reflexão crítica em relação ao preconceito e à discriminação, a fim de resguardar direitos e garantir a cidadania a seus alunos LGBTQIA+ em um processo emancipatório, inclusivo e

crítico, pois não é possível pensar em construir uma sociedade justa sem ter, como prioridade, o combate à misoginia, sexismo, lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia e fobias relacionadas a pessoas dissidentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jeanne Chaves. Igualdades e diferenças: corpo e sexualidade nas relações de gênero. In: CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE HISTÓRIA ORAL, 2015. **Anais...** Manaus: Associação Brasileira de História Oral, 2015. Disponível em: http://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1444835110_ARQUIVO_ARTIGO_Igualdadesediferencasnoscorposdosgeneros.pdf.
- ARAÚJO, Rubenilson Pereira; CAMARGO, Flávio Pereira. Gênero, dificuldade sexual e currículo: um diálogo possível e necessário. In: IRINEU, Bruna Andrade; FROEMMING, Cecília Nunes (orgs.). **Gênero, sexualidade e direitos: construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia**. Palmas: UFT, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BUENO, Andre da Silva; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton. **Gênero, educação e sexualidade: reconhecendo diferenças para superar [pré]conceitos**. Uberlândia: Editora dos Autores, 2016.
- CALIXTO, Thiago Guilherme; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. LGBTfobia no ambiente escolar: desafios da prática docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2016. **Anais...** Natal: CEMEP, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD4_SA11_ID5735_12082016183610.pdf.
- CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luiz Felipe. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Curitiba, n. 32, v. 3, p. 552-563, 2012.
- CORRÊA, Sonia; COLLET, Ângela. **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Rio de Janeiro: SPW, 2007.
- FACHINETTO, Jéssica Lopes. **Direitos LGBT e a heteronormatividade: um estudo de caso do grupo MUDE-SE da UFJF**. 2011. 54f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/DIREITOS-LGBT-E-A-HETERONORMATIVIDADE-J%C3%A9ssica-Lopes-Fachinetto.pdf>.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

JESUS, Beto; RAMIRES, Lula; UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. São Paulo: ECOS/Corsa, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

LIMA, Raimundo Ferreira. **LGBTfobia, (por que) é necessário criminalizar?** 2016. 25 f. Especialização (Bacharelado em Ciências Jurídicas) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11362/1/PDF%20-%20Raimundo%20Ferreira%20de%20Lima.pdf>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO NETO, José Francisco. Educação popular em direitos humanos. In: GODOY, Rosa Maria (org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2010.

RAMOS, Aura Helena. **O lugar da diferença no currículo de educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 2. ed. São Paulo: IMESP, 2017.

SILVA, Ariana Kelly Leandra. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista NUFEN**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v5n1/a03.pdf>.

SILVA, Cristiane Gonçalves. Orientação sexual, identidades sexuais e identidade de gênero. In: SILVA, Cristiane Gonçalves; FREITAS, Maria José (orgs.). **Sexualidade e orientação sexual**. São Paulo: COMFOR, 2015. Disponível em: http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TESSARIOLI, Graça Margarete. Todos a favor da educação sexual. In: RIBEIRO, Hugues Costa F. (org.) **As minhas, as suas, as nossas sexualidades**. São Paulo: CEPCOS, 2013.

TORRES, Marcos. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.